

## APRESENTAÇÃO

### Descolonizar o Cânone, Refundar a Tradição

37. o social às vezes sopra, então o poeta percute.

38. o social às vezes percute, então o poeta sopra.

Alberto Pimenta, 1997<sup>1</sup>

A oscilação de sentidos, a constante mutação e o jogo de palavras de que lança mão o poeta português Alberto Pimenta em seu “Os poetas e o social” parece nos servir bem para entender os intentos deste número de *Cadernos de Literatura Comparada*, que, como parece estar sugerido no título, tem por foco ressuscitar o par cânone/tradição. O poema de Pimenta, um *Rayuela* (Julio Cortázar, 1963) à portuguesa, sugere que, após a leitura das 40 teses – das quais duas foram destacadas na epígrafe – o/a/e leitor/a/e e as elas relacione um dos poetas sugeridos numa lista de 40 nomes. O mais interessante é que quaisquer dos poetas cabe em quaisquer das teses, levando o leitor a desconfiar das próprias escolhas e, mesmo, da validade da lista em que, se constam Haroldo de Campos e Fernando Pessoa, faltam outros do porte de Mallarmé ou de Camões. As “teses” / versos que relacionam, opõem ou confrontam “a poesia / o poeta” e “o social” criam, inclusive, um jogo em que se misturam categorias aristotélicas, o “Canto X”, de *A República*, de Platão, oferecendo ao leitor a *falsa* ideia de que poderia, numa leitura atenta, estabelecer relações entre teses e lista. O que não percebemos à partida é que Pimenta pode estar respondendo e adensando uma provocação: se, segundo Octávio Paz em *Los Hijos del Limo* (1972), cada poeta cria para si a sua própria tradição, o poeta, na “ludicidez” de seu poema, parece constituir, com seu rol de poetas, um *cânone* (e com isso opera na tensão escolha/exclusão), bem como enseja, com a lista, a criação (ou a proposição) de uma *tradição* poética que lhe é particular e que redundante, também, numa possibilidade de construção de uma *história* moderna do poema. De toda forma, a tríade assinalada acima é prescritiva, o que circunscreve o poema/ as teses a uma lógica por um lado diversa e ampla, combinatória, mas também restritiva porque baseada em relações que decorrem de suas escolhas particulares como poeta, dentro de um sistema finito – mas potente – de possibilidades, como o é, também, a obra acima referida de Júlio Cortázar.

Se hoje *cânone* e *tradição* pairam, ambos, sobre os estudos literários como matéria assentada – como, nos parece, “rondam” o poema de Pimenta – devemos enfatizar que, talvez, trate-se mais de uma aporia do campo das Letras que, necessariamente, um problema a ser resolvido, como não o fez o poeta acima comentado, talvez também ele habitado pelas mesmas questões que acercam os estudos da linguagem literária e a literatura comparada desde muito antes de Harold Bloom decretar a existência de um cânone ocidental ou de reconhecer que gênios sustentam, como pilares, este mesmo índice.

A formação dos cânones literários se deve a uma política ostensiva de silenciamento, inclusive, referida por Bloom como um refilar de ressentimentos. Já se compreende, com certa exaustão, que os cânones são formados, principalmente, a partir de elementos exteriores ao literário, de maneira que expressem algum conceito que a ele se sobreponha (Jara e Talens, 1987).<sup>2</sup> O suposto universal é sobreposto ao suposto particular, o suposto nacional ao suposto local; o suposto central ao suposto periférico e ao suposto marginal; o suposto dominante ao suposto dominado. Desde, pelo menos, a emergência do pós-estruturalismo, a atividade crítica aponta e impõe alternativas e modos de superação à inevitabilidade canônica.

Apesar desse esforço, reconhece-se que o cânone permanece incorruptível pela manutenção de perspectivas coloniais (celebradas no triunfo do universal sobre o particular) e de juízos estéticos que apenas corroboram uma tradição decadente que ignora as mutações promovidas tanto pela indústria cultural, quanto pela emergência de outros e novos agentes sociais (instituídos pela diferença e na diversidade que caracterizam as sociedades contemporâneas). Percebe-se que a refundação da tradição está em pleno curso (Shakespeare convive com Margaret Atwood, Camões com Conceição Evaristo, dentre muitas possibilidades). De maneira semelhante, as grandes livrarias dividem suas prateleiras entre os “clássicos” continuamente revisitados, as bandas desenhadas, tanto quanto vendem Homero e Sidney Sheldon em versões digitais, ilustradas, com hiperlinks... Para o mercado editorial, bem como para as pessoas que leem em geral, o cânone e as histórias literárias não são coisas que lhe digam respeito ou que lhes causem modificação em seus gostos e em suas escolhas. A convivência “pacífica” entre Atwood e Shakespeare, por exemplo, é posta em suspeição, justamente, por aqueles que também dominam a construção dos sistemas e cânones literários: por nós, os críticos! Significa dizer, de outro modo, que pôr em choque, contrapor, cultura de massa e cultura erudita, canônicos e marginais – também estas questões de fundo da discussão deste número – só interessa a determinados campos ideológicos, sustentados pela “alta crítica”, mas não ao cada vez mais crescente universo dos que leem e que produzem crítica literária, observando as relações da matéria estética escrita em sua relação com o mundo que habitamos e com os fenômenos (estéticos sociais, políticos, identitários, culturais e éticos) que nele transcorrem. Isto porque no avesso do bordado que são *descolonização do cânone e a refundação* (invenção?) das *tradições* está de fato uma outra, renovada e radical, postura crítica diante do texto literário – que se desvela numa “conduta ética” –, como também tangência discursiva que se abre em parábola, descircunscrevendo a naturalização dos objetos estético-literários, dos atores sociais que atuam nesse campo e da vida por eles ficcionalizada ou vertida em poema.

Mas muito longe de reconstituir plenamente o edifício canônico – cujas fundações vão bem, obrigado! – com outros e novos pilares que atendam a esses novos agentes sociais e circunstâncias históricas, os *Cadernos de Literatura Comparada* convocam, neste número, a uma reflexão em torno da história recente da atividade crítica e do reconhecimento de sua intervenção tanto na tradição literária, quanto na própria (re) constituição do cânone, demonstrando em suas dezassete contribuições a significância que os abalos sísmicos, provocados pelos sujeitos da diferença, podem provocar na rigidez de que se valem o cânone e a tradição.

Assim, numa visada propositiva, os textos aqui contemplados trazem, para o campo da discussão comparatista, a *différance* como lugar de fundação de novas abordagens, que reclamam um lugar nas “cenas” da História Literária e na História das Ideias: não que tratemos aqui de “demolir”, “pôr abaixo” ou “deitar ao chão” a literatura, sua história ou sua crítica; pelo contrário: trata-se de desviar o olhar para universos pouco privilegiados, ainda, no campo da crítica literária, como o são as transexualidades; os estudos sobre negros e afrodescendentes *brasileiros e portugueses*; as epistemes e saberes marginais e periféricos afrolatinos e dos povos originários. Junto a isso, ensaios que contemplam campos já sedimentados, não menos questionados, mas que demandam, ainda, uma urgência crítica, como é o caso das perspectivas femininas e feministas, das questões da migração portuguesa, da masculinidade insidiosa que habita imaginários e visões de mundo, que transcendem o cânone, o belo e o sublime, tal qual os conhecemos.

Neste volume n. 43, *outr@s corp@s, outras cidades*, novas formas de *habitar*, arte do encontro entre a crítica – nossa forma própria de produzir “literatura” –, o poético (que no fim nos define como área de saber) e o compromisso que faz do exercício crítico-literário, também, um gesto ético fundado no social: aqui, não se fala “por”, mas se fala “com”, conforme bem nos ensina Antonio Gramsci, em seus *Cadernos do Cárcere* (s/d).

Numa palavra: esse número, com suas intervenções diversificadas, diversas e identitariamente marcadas pela diversidade (e os textos da secção Varia estão em sintonia com esta orientação), quer, à sua maneira, demarcar (por que não, *fundar*) também a emergência de novas formas de *Beleza*. Não de um *Belo* aos gostos clássicos que, no fim, reforçam lugares-comuns e excludentes; todavia, lugares onde “o bom e o belo”, distintamente distinguíveis, também nos estudos literários pela sigla inglesa WASP (White, Anglo-Saxon & Protestant). Aqui, outras Belezas, como aquelas de Al Berto, para quem valia a possibilidade de “(...) morrer numa overdose de beleza”.<sup>3</sup>

Amara Moira  
Emerson Inácio  
Fernanda Miranda  
Maria de Lurdes Sampaio  
Mário César Lugarinho

**NOTAS**

<sup>1</sup> Pimenta, Alberto (1997), “Os poetas e o Social: 40 teses seguidas de exercício (para mestres e mestrandos)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 47, Centro de Estudos Sociais, pp. 89-92.

<sup>2</sup> Jara, René / Talens, Jenaro (1987), “Comparatismo y semiótica de la cultura: función de la críticas y recanonización”, in *Eutopias: teorías/historia/discurso*, no 2-3, vol 3: pp. 5-17.

<sup>3</sup> ALBERTO (1997), “Vigílias”, *O Medo*, Lisboa, Assírio & Alvim, p. 519.